

IDENTIDADES SOBREPSTAS NO ATLÂNTICO

ERIKA CRISTINA DAMIÃO*

BEZERRA, Nielson Rosa; ROCHA, Elaine Pereira (Orgs.). Mosaico: a construção de identidades na Diáspora Africana. Jundiaí: Paco Editorial, 2020, 280 p.

O livro “Mosaico: a construção de identidades na Diáspora Africana”, é composto por nove capítulos de diversos autores, tendo como organizadores Elaine Pereira Rocha e Nielson Rosa Bezerra, os quais também integram o livro com textos autorais. Desses nove capítulos, sete foram publicados no livro “*Another Black Like Me: The Construction of Identities and Solidarity in the African Diaspora*”, cuja publicação se deu, em 2015, na Inglaterra, pela *Cambridge Scholars Pub*. Elaine Pereira Rocha, professora associada do Departamento de História e Filosofia da *University of the West Indies*, possui uma variedade de publicações que problematizam questões raciais e de gênero na África e na América Latina, estabelecendo uma interligação, por vezes, entre os dois continentes. Já Nielson Rosa Bezerra, professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tem uma produção historiográfica que versa sobre a escravidão sob a perspectiva da diáspora africana e suas ressonâncias na construção da sociedade brasileira. Os interesses em comum destes pesquisadores resultaram nesta obra, cujo objetivo, segundo os organizadores, é entender a construção de identidades na diáspora africana a partir da negritude, considerando o que se pode apreender através das “experiências diferenciadas sobre o racismo e a resistência à opressão” (p. 6) por parte de homens e mulheres negras.

Embora a disposição dos artigos no livro não aponte para nenhuma segmentação entre eles, para melhor compreensão podemos dividi-los em dois blocos. No primeiro, cujo foco são as centúrias iniciais da diáspora africana (séculos XVI a XIX), são evidenciadas as vivências da escravidão, as resistências e a busca pela liberdade, contexto no qual a diferença racial entre negros e brancos se reflete na estrutura de dominação e de poder. O segundo bloco aborda o deslocamento dos descendentes de africanos – migrações nacionais e transnacionais –, as redes

* Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Unifesp.

de sociabilidade entre grupos étnicos e raciais, as culturas remanescentes e, ainda, as desigualdades sociais e econômicas com base na perpetuação da hierarquia de poder ligada à raça e à cor. Entretanto, a opção de não segmentar o livro em blocos evidencia que os organizadores visualizam a obra como uma unidade, cujas partes independentes (capítulos) estão sinergicamente interligadas, assim como são vistos os continentes – africano, americano e europeu – que margeiam o Atlântico: um espaço comum no qual a circulação de pessoas, objetos, culturas e ideologias é fluida e repleta de disputas. Trata-se de uma perspectiva transnacional, que dialoga com os estudos sobre a diáspora africana do sociólogo Paul Gilroy – em seu livro *“Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência”*, cuja primeira edição em língua inglesa data de 1993 –, que aponta a existência de um espaço externo às fronteiras nacionais, cujos processos identitários e formas interculturais e transculturais, por vezes, se opõem às estruturas de poder vigentes.

Nesse sentido, no presente “Mosaico: a construção de identidades na Diáspora Africana”, citamos os artigos de Ronaldo Haperlle (Anglo-caribenhos transplantados: os povos esquecidos nas margens ocidentais do mar do Caribe) e Alan Copley (Marinheiros caribenhos: identidade e organização na diáspora negra (1918-1945)), nos quais são abordados os deslocamentos dos anglo-caribenhos e seus impactos sociais e políticos nos respectivos tempo e espaço. Haperlle explicita que, entre os séculos XIX e XX, a imigração de mão de obra acarretou o deslocamento de famílias e, por conseguinte, a formação de comunidades anglo-caribenhas na América Central, em especial no Panamá. O autor aborda a recepção desses descendentes de africanos que se identificavam como “súditos britânicos”, desde a rejeição deles, por parte da comunidade hispânica, em virtude da dificuldade em serem assimilados pela cultura dominante, até as políticas nacionalistas para proibir as migrações e forçar a assimilação. O autor ressalta que, em função da dificuldade de assimilação, os anglo-caribenhos eram considerados uma ameaça à identidade nacional e à política de branqueamento institucionalizada, diferenciando-os dos negros coloniais ou afro-ameríndios da região que, por sua vez, estavam totalmente assimilados ou ocupavam territórios em regiões isoladas, sem contato com a cultura dominante.

O autor demonstra, ainda, que o racismo é permeado por disputas de poder, institucionalizadas ou não. Haperlle também indica como as empresas multinacionais e os

próprios trabalhadores anglo-caribenhos utilizavam as questões étnico-raciais como ponto estratégico nas relações de trabalho. Esse ponto foi explorado por Alan Cogley, sob a perspectiva dos marinheiros anglo-caribenhos. Este autor faz um panorama das interações nacionais e transnacionais dos marinheiros anglo-caribenhos, enfatizando a plasticidade de suas identidades ao se deslocarem pelo Atlântico e, ao mesmo tempo, reconhece-se uma homogeneidade da identidade na institucionalização da luta contra a discriminação étnico-racial e na busca por igualdade nas relações trabalhistas.

No sétimo capítulo, Ygor Rocha Cavalcante (*Resistência escrava, fronteiras e espacialidades afro-amazônicas*) apresenta a sociedade amazonense escravista do século XIX, cujo crescimento econômico propiciou o trânsito maior de pessoas de várias nacionalidades e etnias, principalmente na capital, Manaus. Nesse contexto, indica que as dificuldades em estabelecer marcadores sociais para identificar a população escravizada, entrecruzada com a mobilidade dessa mesma população, favoreceu a fuga de cativos, constituindo-se novas redes de sociabilidade, novos territórios urbanos no subúrbio e, por conseguinte, dificultando a captura dos escravizados. De forma similar, nas matas, pequenos grupos de fugitivos articulavam-se com a população local, trocando objetos e alimentos. Cavalcante ainda postula que, nessas redes de trocas, tanto na cidade como nas matas, partilhavam-se ideologias, formas de resistência e experiência de liberdade.

Seguindo essa linha, no quinto capítulo (*A trajetória de M. G. Baquaqua no Brasil: escravidão, liberdade e emancipação no mundo atlântico*), Nielson Rosa Bezerra corrobora com o argumento de Cavalcante quanto às redes de sociabilidade e à possibilidade de autonomia do cativo engendrarem ideias de liberdade. Em seu artigo, Bezerra analisa a trajetória do africano escravizado Baquaqua com base em sua autobiografia, cuja publicação se deu devido à campanha abolicionista. Bezerra preenche lacunas de sua fonte entrecruzando informações sobre o proprietário de Baquaqua e, assim, contextualiza o ambiente social onde o africano estava inserido, traçando seus possíveis passos e buscando elementos que, em certa medida, possibilitaram forjar sua identidade no Novo Mundo, junto ao anseio pela liberdade.

No quarto capítulo (*Gestando Cuba: a poética das mulheres afro-cubanas*), Rhonda Collier intersecciona gênero e raça. A autora mostra como poetisas afro-cubanas utilizaram-se de suas obras para representar e criticar a situação das mulheres negras, em Cuba, após a

Revolução. Dessa maneira, a análise de Collier permite enxergar sentimentos e posicionamentos políticos marginalizados ocultos nas entrelinhas dos textos, como a opressão às mulheres negras, a decepção com a nação que deveria proteger as mulheres e lhes dar igualdade de direitos, a busca pela ancestralidade africana como referência para Cuba renascer e lutar, entre outros.

Do outro lado do Atlântico, no capítulo dois (Os Tabons no Gana, a diáspora afro-brasileira na África Ocidental ainda pouco conhecida), Marco Aurelio Schaumloeffel enfoca o reflexo do “Novo Mundo” na África, abordando a história dos Tabons, que teve início com os africanos e afro-brasileiros retornados a Gana no século XIX. O autor se utiliza do termo “retornados” para referir-se ao movimento migratório de volta à África Ocidental, em que africanos e seus descendentes se deslocaram, entre os anos de 1829 e 1836, de forma compulsória, pois haviam se envolvido na organização de revoltas contra o sistema escravista vigente, sendo expulsos por autoridades brasileiras; ou de forma espontânea, já que tinham o estatuto jurídico de liberto ou de livre. Para desenvolver sua investigação, Schaumloeffel cruzou entrevistas orais e registros, ressaltando as limitações e contradições dos mesmos ao decorrer do texto. Ele, ainda, ao historicizar a chegada dos retornados e suas interações com a comunidade local, baseou-se no conceito de hibridismo cultural, postulado pelo antropólogo argentino Néstor García Canclini, em sua obra “*Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*” (1997). Nesse sentido, Schaumloeffel destaca que o diálogo intercultural entre o povo Gá e os Tabons possibilitou a integração destes últimos e a formação de um novo cenário cultural na sociedade ganense; porém, ele não deixa de evidenciar a singularidade dos Tabons por estarem no entre lugar África/Brasil.

Voltando às Américas, no capítulo nove (Testemunha da história negra: Baobás no Brasil e no Caribe), de John Rashford, os baobás, provisoriamente substituem o Atlântico e tornam-se ponto de ligação entre Brasil, Caribe e África. Rashford, por meio de estudo etnobotânico, interliga os antigos baobás do Brasil e de Barbados, ressaltando sua ancestralidade africana em conjunto com toda cultura que representam, assim como suas ressignificações no Novo Mundo.

Por fim, Victor Simpson (capítulo 6 – “Shades of Spade” – classificações de cor para afrodescendentes e taxonomia racial em Porto Rico e no Caribe Anglófono) e Elaine Rocha

(Capítulo 8 - Construção e afirmação de identidades afro-latinas) abordam a questão da identificação racial e as similitudes e diferenças na dependência do contexto social. Simpson traça uma comparação entre a consciência racial em Porto Rico e o Caribe anglófono; já Rocha problematiza a categoria de negritude em países como Brasil, Panamá, Costa Rica e Cuba. Os autores destacam que a questão da denominação racial perpassa não só a representação social do indivíduo e/ou do grupo, mas também como estes são reconhecidos na sociedade onde estão inseridos. Em ambos os capítulos, fica evidente que a percepção de inferioridade do não-branco foi historicamente construída pela associação entre colonização e escravidão. Tal perspectiva corrobora com a proposição do pesquisador Sérgio Costa – em seu livro *“Dois Atlânticos. Teoria Social, anti-racismo, cosmopolitismo”* publicado em 2006 –, que nota nos processos de exclusão e de discriminação, pelos quais negros e negras estiveram e estão submetidos nas sociedades modernas, a congruência da diáspora negra.

A obra é uma contribuição para a História Social, representando os africanos e afro-latinos como sujeitos históricos no ambiente social, no qual se destaca a dinamicidade e multiplicidade de suas identidades na diáspora africana. Entretanto, o livro poderia abranger, além de Brasil e Cuba, outros países da América Latina, a fim de enriquecer mais o debate e demonstrar a pluralidade em países cujas heranças culturais estão associadas, majoritariamente, às culturas europeias e/ou aos povos originários. Por exemplo, George Reid Andrews, em seu livro *“América Afro-latina, 1800 – 2000,”* cuja publicação no Brasil se deu em 2007, destaca a participação de trabalhadores negros na luta pela independência e os posicionamentos contraditórios destes nas sociedades latino-americanas, mas também evidencia a contribuição da diáspora africana nas populações de países como Argentina, Chile, México e Uruguai.

De todo modo, o livro nos instiga a pensar sobre a complexidade das hierarquias raciais institucionalizadas ou não, e destaca a importância da constituição de redes de sociabilidades e do compartilhamento da cultura afro-diaspórica na resistência ao sistema normativo e às práticas sociais impostas. Ademais, ao embarcar nesse percurso multifacetado do negro na América Latina, tornam-se evidentes as variedades e especificidades dos objetos de estudos devido às abordagens teórico-metodológicas adotadas pelos autores intercontinentais. A partir destas abordagens, entrecruzadas com as perspectivas multidisciplinares – literatura,

Resenha

sociologia, antropologia, linguística –, os autores representaram a diáspora africana como o título da obra indica: um mosaico.